

ENTRE A TÉCNICA E A PRÁTICA: A EXPERIÊNCIA COM O PROGRAMA DE INTERNATO EM ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO MUNICIPAL (PRINAGEM)

BEATRICE CORRÊA DE OLIVEIRA
RAQUEL DE MATTOS VIANA
MATHEUS ARCELO FERNANDES SILVA
ROBERTO EDUARDO SANTOS DE SOUZA
JULIANA TEIXEIRA BORTOT

INTRODUÇÃO

Criado em 1986, o então curso de graduação em Administração com ênfase em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho foi desenhado com o objetivo de “capacitação e formação de servidores públicos aptos a atuarem na modernização do Estado e na inovação administrativa” (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2019, p.12). Além do curso, foi também estruturado o cargo de Administrador Público¹, posição a ser ocupada pelos egressos do curso, após o seu processo de qualificação, para atuar de forma técnica e eficiente na gestão pública estadual. Segundo Coelho (2019), o contexto de criação do curso trata-se de reposicionamento do papel do setor público no país, seja pela Constituição da República de 1988, seja pelo processo de crise e reforma da administração pública.

Considerando a perspectiva da necessidade de uma administração pública profissionalizada, a Escola de Governo foi criada em 1992 como uma organização estatal

¹ Em 1998, o cargo de Administrador Público foi transformado em Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), por meio da Lei Estadual nº 13.085/1998 (MINAS GERAIS, 1998).

responsável pelo treinamento e formação de recursos humanos para a administração pública mineira. A partir de 2004, por meio da Lei Estadual nº 15.352, a Escola de Governo passou a ser denominada “Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho” (EG), evidenciando, em seu nome a influência do professor administrativista e defensor da importância de investir na capacitação e no aperfeiçoamento do servidor público (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2019, p.12).

Desde a sua criação, a Escola de Governo atua na forma de atividades de ensino (capacitação, graduação, especialização e mestrado), pesquisa e extensão em Administração Pública e áreas afins. Este capítulo estuda como as atividades de extensão foram inseridas nesse projeto de formação de administradores públicos em nível de graduação, especialmente mais recentemente com a publicação das Diretrizes Nacionais do Campo de Públicas (2014). Ao olhar para a experiência de realização de 12 edições do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal (Prinagem), busca-se observar os aprendizados promovidos por esta atividade, e as contribuições desta experiência para se pensar extensão universitária no Campo de Públicas.

A construção deste capítulo foi baseada na metodologia de análise documental e na análise dos dados dos questionários de avaliação do Prinagem, realizada pelos estudantes que participaram do projeto. A análise documental contribui para caracterização das atividades de extensão na Escola de Governo, seu papel e inserção no projeto pedagógico e dinâmica do Curso de Graduação em Administração Pública (Csap), especificamente o Prinagem. A análise dos questionários permitiu observar a percepção dos estudantes que participaram do programa de extensão sobre os aprendizados. Para tanto, a próxima seção discute o papel da extensão na formação universitária. Em seguida apresentamos a construção da extensão no curso de Administração Pública da Escola de Governo e o contexto de criação do Prinagem. Logo em seguida os relatórios e dados das 12 edições já realizadas do Prinagem são analisados, a partir dos debates realizados do papel da extensão para a formação dos gestores públicos. Por sua vez, os achados da pesquisa estão apresentados nas considerações finais, em que também se sumariza as reflexões sobre o lugar e as contribuições da extensão na formação em administração pública.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONSTRUÇÕES, DIRETRIZES E INSERÇÃO NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS

O conceito extensão universitária vem sendo construído no Brasil especialmente desde a década de 1980 por meio do Fórum de Pró-reitores de extensão das universidades públicas (Forproex)². Nesse processo, entrelaçam-se os debates sobre o papel da universidade na sociedade e, ainda, qual formação queremos para estudantes, professores e todo corpo técnico das universidades. Soma-se a isso a busca garantir o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão no ensino superior, já previsto na Constituição da República de 1988 (artigo 207).

Melo Neto (2014), em seu livro sobre Extensão Popular, destaca que na América Latina pode-se perceber a consolidação da extensão universitária com objetivos de integração da universidade ao povo, na busca de um conhecimento que esteja pautado pela realidade. O autor faz essa distinção da extensão latina para o caso, por exemplo, dos Estados Unidos e da Inglaterra, em que mesmo nas Universidades populares cujo objetivo era “alcançar” não apenas as elites, mas outras classes sociais, o propósito era a disseminação dos conhecimentos técnicos da universidade, e ainda a prestação de serviços da universidade como uma forma de alcançar os que não estavam nela. Nota-se que o movimento era de transferência, de transmissão de conhecimentos e cultura, de quem tinha (pessoas que estavam na Universidade) para quem não tinha (massas).

A defesa da extensão de caráter popular na América Latina foi marcada principalmente a partir da Reforma de Córdoba em 1919, a qual promoveu debates sobre a novas formas de construção de saberes e de diálogo entre instituições de ensino e comunidades. Além disso, esta forma de pensar a extensão orientou as lutas dos estudantes e docentes para aproximar o ensino da realidade das comunidades, principalmente, as mais pobres. Este princípio orientador das atividades extensionistas foi reforçada no Brasil pelos estudos de Paulo Freire, que defendia a extensão numa perspectiva de trocas de saberes e aprendizados conjuntos entre as comunidades populares e as escolares (PAULA, 2013).

Após experiências distintas sobre extensão universitária ao longo da história da extensão universitária brasileira, variando entre os entendimentos de uma extensão

² O FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras) trata-se de uma entidade responsável pela organização, articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão. Destaca-se que, segundo Leonídio (2017, p. 57-58), antes da instituição do Forproex Nacional as pró-reitorias já haviam iniciado debates e organizações sobre extensão em nível regional, no Norte (1985) Nordeste (1987) e Sudeste (1987).

assistencialista, ou uma extensão de transmissão de conhecimentos por meio de cursos, o Forproex contribuiu para o amadurecimento do conceito brasileiro de extensão universitária (PAULA, 2013). Em 1987, o conceito de extensão foi publicado como

o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido a reflexão teórica será acrescido aquele conhecimento. Este fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizado acadêmico e popular, terá como consequência: 1) a produção de conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria-prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que fornece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987, p. 2).

Em relação ao conceito sumarizado na definição acima apresentada e que foi sendo trabalhado ao longo dos demais publicações e guias do Fórum, destaca-se os entendimentos que marcam a extensão: a extensão dentro do processo formativo, articulada com o ensino e a pesquisa e fundamentada na visão integrada do social e que se faz por uma valorização da interdisciplinaridade e dos múltiplos saberes; e ainda a relação transformadora e dialógica entre a universidade e a sociedade, que nos aponta o como a extensão ocorrerá, tendo a participação e a interdisciplinaridade como pressupostos essenciais para o desenvolvimento da Extensão junto à sociedade.

No processo de amadurecimento do papel da extensão universitária, a temática da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão mobilizaram os atores a pautar a inserção da extensão no currículo dos cursos de graduação. Gonçalves (2015) destaca que a busca pela indissociabilidade ensino, a pesquisa e a extensão prevista pela constituição da República de 1988 trata-se de um desafio de uma extensão que se institucionaliza e não apenas se iguala administrativamente ao ensino e a pesquisa, mas que é considerada para de fato moldar a formação e produção de conhecimento na Universidade.

Quanto à sua institucionalização no âmbito acadêmico, dois caminhos se desenharam, e apenas um deles encontra-se mais consolidado, aquele das atividades de Extensão (programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviço extensionista e outras modalidades). O outro, que tem mais diretamente a ver com a Universidade necessária, de a Extensão constituir-se em prática acadêmica, um princípio filosófico, político e metodológico, permeando o Ensino e a Pesquisa, relativamente pouco avançou. (GONÇALVES, 2015, p. 1239).

Em 2014, a Lei 13.005 de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024), previu pela meta 12.7 assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária. Em 2018, essa meta foi regulamentada pela Resolução CNE/CES 07/2018. A mencionada Resolução apresenta a concepção, diretrizes e princípios da extensão universitária e estabelece que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, dez por cento do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos (artigo 4º). A publicação da resolução trouxe a necessidade da realização de debates dentro das IES sobre propostas para promover a inserção curricular da Extensão nas matrizes curriculares dos cursos, considerando as diretrizes apresentadas pelo documento. A respeito do conceito de extensão universitária, a Resolução assim a define:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018, art.3º).

Tal como estava presente no conceito de extensão em 1987 e se consolidou na Resolução do Ministério da Educação, as atividades de extensão são práticas que envolvem diretamente e dialogicamente as comunidades externas às instituições de ensino e devem estar vinculadas à formação do estudante. As atividades de extensão devem ser estruturadas para a participação dos discentes tendo como princípios basilares a preocupação com o seu processo formativo cidadão, considerando a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão; o envolvimento com a comunidade externa à IES e o potencial de contribuição para a transformação social.

Artigo 5º: Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular; III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. (BRASIL, 2018).

Ainda que a temática da curricularização da extensão não seja tão recente, a partir da publicação da Resolução em 2018 houve um acirramento deste debate, no sentido de fazer com que as instituições de ensino superior definissem a direção a ser seguida a fim de garantir a curricularização das atividades de extensão. A seção a seguir apresentará a inserção das atividades de extensão no curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, buscando apresentar o entendimento do papel da extensão no processo de formação dos estudantes e a construção de um projeto de imersão municipal; um projeto de extensão que se insere a partir de uma visão integradora do currículo do curso de Administração Pública.

A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE IMERSÃO MUNICIPAL: QUAL EXTENSÃO PARA QUAL FORMAÇÃO?

O processo de construção da Extensão na Escola de Governo ao longo dos anos se deu em meados dos anos 2000, a partir da conjugação de interesses dos discentes e do corpo docente da Escola de Governo que cogitava oferecer atividades extraclasse aos estudantes. Iniciativas como a participação no Projeto Rondon, iniciada em 2006, e a estruturação de outros projetos de extensão, como o “Laboratório de Políticas Públicas”, o “Fica Ativo! Repensar”, o “Fica Ativo! Cidadania”, e o “Cursinho Educar”, marcaram esse processo, que se desenvolveram especialmente a partir da criação de uma Gerência de Extensão e Relações Institucionais (SOUZA, 2017).

A institucionalização das atividades de extensão ocorre mais fortemente a partir do processo de reforma do currículo do curso de Administração Pública em 2012, o qual foi tecido no contexto da estruturação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração Pública (MAGALHÃES *et al.*, 2021, p.10). As DCN foram um importante marco para a institucionalização do Campo de Públicas, apresentando os princípios fundamentais a serem atingidos pelos cursos de graduação em Administração Pública. Além disso, as diretrizes curriculares apontaram as competências e habilidades esperadas para que os cursos do Campo de Públicas possibilitem a seus egressos, que, por meio de um *ethos* republicano e democrático, sejam capazes de fazer a leitura da complexidade dos problemas públicos, apresentar raciocínio lógico, analítico e crítico, saber comunicar-se, apresentar soluções e tomar decisões (BRASIL, 2014).

Apesar das DCN não darem destaque para as atividades de extensão, citando-as no artigo 8º como uma possibilidade para o desenvolvimento de conhecimentos e competências, o currículo iniciado em 2014 no Csap valorizou as atividades

complementares de graduação e as atividades de extensão, na busca por garantir as competências e habilidades indicadas pelas diretrizes curriculares. No âmbito das atividades de extensão, foram incluídas ações de imersão e conexão no total de horas do curso, além da necessidade de realização de pelo menos 1 (um) projeto de extensão dentro das atividades complementares de graduação em que os alunos estivessem em contato com alguma comunidade ou organização fora da Escola de Governo.

Conforme Regimento Interno da Escola de Governo, as atividades de extensão mobilizam estudantes, professores e técnicos da Fundação João Pinheiro, organizações, grupos e instituições parceiras, voluntários, e são supervisionados pela Gerência de Extensão e Relações Institucionais (Geri), a qual é responsável por prestar o suporte metodológico e operacional para o desenvolvimento das atividades de extensão. Desde o novo currículo implementado em 2014, a Geri trabalhou para o fortalecimento das ações de extensão universitária, tal como a estruturação de uma Política de Extensão (2019), documento orientador das diretrizes e dinâmicas da extensão na Escola de Governo, o qual consolidou o entendimento da extensão universitária e sua interação com o currículo do curso de Administração Pública, reafirmando a extensão no processo de uma prática educativa emancipatória e o compromisso da Escola de Governo na formação de administradores públicos para o estado de Minas Gerais.

Construir uma Política de Extensão de uma escola significa refletir e incorporar ideias e processos pedagógicos à prática educativa numa perspectiva emancipatória e transformadora da educação.[...] Nesse sentido, a Escola de Governo apresenta sua Política de Extensão Universitária, como um conjunto de espaços de debate e reflexão crítica, que conduzam os estudantes à prática e ao contato com experiências de diversos grupos sociais situados, principalmente, em áreas de vulnerabilidade do estado e da administração pública (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2019, p. 3) .

Nesse contexto se insere o Prinagem, enquanto uma atividade prevista no projeto pedagógico do curso como uma atividade de imersão. As atividades de imersão compõem a carga horária total do curso, e têm o objetivo de favorecer o aprendizado pela vivência: ao estarem presentes nas localidades, não apenas os conhecimentos teóricos são mobilizados, mas é possível observar, sentir, conversar, perceber o cotidiano e mediar essas experiências pelos conhecimentos já existentes, buscando uma reflexão crítica sobre a realidade e como as complexidades afetam. A imersão favorece tanto o conhecimento prático de técnicas de gestão adotadas em regiões e contextos variados, quanto a troca de experiências entre os envolvidos, mas, especialmente, o movimento de deslocamento, de ir até uma determinada localidade e lá experienciar, dialogar, trazer seus conhecimentos

e contextualizá-lo frente ao real, movimento que pode ser observado em Gadoti (2017), ao expressar sobre o processo de aprendizagem a importância da bagagem que trazem os estudantes, além da importância de uma abordagem crítica e reflexiva:

A aprendizagem, para ser eficaz, deve ser significativa e pessoalmente relevante, a partir da qual o estudante organiza a construção do seu conhecimento. Como sustenta o educador norte americano Paul Auzubel (1918-2008), o fator mais importante que influi na aprendizagem é aquilo que o aluno já sabe. Para ele, a aprendizagem se torna significativa quando uma nova informação se encaixa numa estrutura cognitiva prévia (ARAGÃO, 1976). [...] Entretanto, não basta que a aprendizagem seja significativa: é preciso que ela seja crítica e reflexiva, como sustenta Paulo Freire. (GADOTI, 2017, p. 9).

Considerando esta perspectiva, a seguir iremos apresentar uma breve caracterização do Prinagem, destacando sua forma de operacionalização. Esta compreensão será importante para aprofundarmos na análise das 12 edições do programa, que virá a seguir.

O PROGRAMA DE INTERNATO EM ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO MUNICIPAL – PRINAGEM

Iniciado em julho de 2016, o Prinagem tem as prefeituras do estado de Minas Gerais como parceiras para a realização. Para tanto, a cada edição do Programa a Escola de Governo abre uma Chamada para as prefeituras manifestarem interesse em receber os estudantes, e, para tanto, apresentam 2 projetos que vislumbram como uma situação-problema a ser estudada e trabalhada pelos discentes, sob orientação remota dos docentes e com a colaboração dos servidores locais. Em geral, os estudantes vão em duplas para os municípios, desenvolvendo projetos indicados pela administração municipal ao mesmo tempo em que aprendem sobre a dinâmica das prefeituras e seus desafios locais.

Ao longo de 6 anos de existência, foram 12 edições do Prinagem realizadas, contabilizando 213 discentes da graduação, 18 docentes e 88 municípios parceiros. Tal como é o objetivo das atividades de extensão, ao longo das edições os aprendizados foram de diversas ordens, não apenas para os discentes, docentes e servidores municipais diretamente envolvidos, mas aprendizados do processo de condução, do fazer a extensão: de melhoria nas abordagens e interações com os municípios, de orientação dos envolvidos, de planejamento e aprimoramento do programa. Além disso, o programa foi

adaptado para ser realizado de forma remota por 3 edições³, e ainda foi realizado em parceria com outras duas instituições do Campo de Públicas, a Universidade Federal de Lavras (9ª, 10ª, 11ª e 12ª edição do Prinagem) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (12ª edição do Prinagem).

A operacionalização do Programa

As atividades de campo do Prinagem ocorrem no período de férias dos estudantes, de forma que a cada semestre, para sua operacionalização, as seguintes etapas são realizadas: i) divulgação do Programa e recebimento das manifestações das prefeituras; ii) publicação do Termo de Cooperação Técnica; iii) seleção dos alunos e professores; iv) preparação; v) imersão; e vi) conclusão.

As quatro primeiras etapas são de organização e preparação. Iniciam-se com a determinação de quais municípios serão parceiros naquela edição, perpassam pela formalização de uma parceria entre a Escola de Governo e a prefeitura, e chegam no processo de definição dos estudantes e docentes que realizarão o programa. Durante a preparação, os alunos e professores participam de reuniões de alinhamento em que se apresentam as orientações gerais do Programa, o calendário e são pactuadas as entregas que serão feitas para a administração municipal, a partir de suas demandas. Para tanto, os estudantes elaboram um estudo sobre o município com o qual trabalharão, chamado de pré-diagnóstico. O objetivo é garantir que os estudantes se aprofundem na compreensão da realidade do município que irão realizar a imersão, orientados em observar sua situação socioeconômica e cultural, o contexto político administrativo da prefeitura, e assim tenham condições de ampliar as suas possibilidades de interlocução com os diversos segmentos do município. A fase preparatória inclui ainda reuniões (remotas ou presenciais) com um representante da prefeitura, que será o tutor local. O tutor é a pessoa da prefeitura indicada pelo(a) prefeito(a) para orientar, colaborar na execução das atividades previstas no plano de ação e facilitar a sua adaptação na rotina da administração pública municipal e interação com servidores e comunidade, sendo o principal interlocutor dos estudantes no município.

³ Inicialmente este capítulo se propôs a analisar as particularidades das edições remotas, mas pelo foco dado e as limitações para análise, o estudo mais aprofundado sobre as edições remotas será realizado em outro momento.

No período programado para imersão, os alunos deslocam-se para o município, onde permanecem de três a quatro semanas. A primeira semana é o momento de aproximação com a administração municipal e com a realidade local. Os alunos são orientados a realizar visitas técnicas, conhecer as secretarias, realizar entrevistas com servidores e gestores, de forma a observar a dinâmica do município. Trata-se do momento de buscar perceber como os dados levantados no pré-diagnóstico materializam-se (ou não) no dia a dia da gestão municipal. Ao final da primeira semana, os estudantes *in loco*, em diálogo com seus professores orientadores, vão construir um plano de ação, que considera as demandas expressas pela prefeitura, o tempo em que estarão no município e a sua bagagem acadêmica, profissional e complementar.

As semanas seguintes são para o desenvolvimento das atividades pactuadas, por meio de pesquisas bibliográficas, análise de documentos e dados disponibilizados pela prefeitura, aplicação de questionários/*surveys*, realização de entrevistas, observação participante e outras estratégias pactuadas com o orientador e o tutor local. A última semana é dedicada ao encerramento das atividades, pactuação de plano de ação com a prefeitura e entrega de um relatório final para administração municipal, contendo o diagnóstico da situação, as atividades desenvolvidas, resultados alcançados e sugestões ou indicativos de ações futuras para um trabalho de ação continuada.

Ao final da imersão, é realizada uma reunião geral de troca de experiências com a participação de todos os discentes e professores, a fim de avaliar a experiência e o programa. Há ainda a aplicação de um questionário de avaliação para os alunos e para as prefeituras. O resultado dos questionários permite repensar e aprimorar o programa. O quadro 1 sintetiza as fases e produtos do Prinagem.

Na próxima seção iremos analisar os resultados das 12 edições do Prinagem. Para isso, foram considerados os questionários de avaliação do programa respondidos pelos discentes ao longo destas edições, o que totaliza 211 respostas.

Quadro 1: Etapas do Prinagem

Etapas	Quando	O que fazer
Preparação	Mês que antecede à viagem	Pré-diagnóstico - levantamento de dados secundários e conhecimento de questões prévias do município. Levantamento de possíveis perguntas junto ao prof. Orientador. Preparação de materiais, com base nas demandas.
Aproximação com a Adm. Municipal e a cidade	1ª semana	Conhecimento da estrutura do executivo municipal (normas, organograma, visão de trabalho, planejamentos). Participar de reuniões, visitas técnicas, atividades programadas para conhecer a realidade, entrevistas e reuniões com o secretariado. Pactuar cronograma de atividades.
Desenvolvimento do cronograma pactuado	2ª e 3ª semana	Desenvolver as atividades pactuadas.
Finalização das atividades	4ª semana	Encerrar as atividades propostas. Apresentar as atividades realizadas e elaborar plano de ação com a prefeitura.
Entregas finais e Seminário de conclusão	Mês que sucede à viagem	Etapa realizada em Belo Horizonte, após o retorno do estudante que deverá apresentar Vídeo final sobre a experiência da imersão e participar de um seminário de avaliação identificando os bons resultados e os dificultadores para a melhoria do programa.

Fonte: Dados básicos: Gerência de Extensão e Relações Institucionais/EG/FJP.
Elaboração própria.

OS RESULTADOS DO PRINAGEM E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES

Na busca por analisar as 12 edições ocorridas do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal e suas contribuições para o processo de formação dos estudantes do curso de graduação em Administração Pública, os seguintes componentes foram considerados: as atividades realizadas pelos estudantes nos municípios, na busca por visualizar a relação do programa com o currículo do curso; a visão dos estudantes sobre o processo de interação no município e suas contribuições; a visão dos estudantes sobre os aprendizados proporcionados pela participação no programa.

Para realização dessa análise foram considerados os relatórios e apresentações elaborados pelos discentes, e ainda foram enviados os questionários de avaliação do Programa respondidos por eles a cada final de edição. Dos 213 discentes participantes das 12 edições do Prinagem o questionário alcançou 211 respostas, as quais serviram de base para a análise aqui apresentada. Destaca-se que 211 respostas não significam 211

diferentes estudantes, porque alguns realizam o Prinagem mais de uma vez durante sua trajetória no curso, e por isso respondem a cada edição em que participaram.

Desde o início de sua existência, foram registradas por meio dos relatórios dos estudantes a realização de 292 em diferentes atividades em parceria com as administrações. Essas atividades foram categorizadas em eixos os quais contribuem para compreender o tipo de atividade realizada, e se mais vinculadas a aspectos de gestão, planejamento, desenvolvimento de projetos ou propostas de melhorias em políticas públicas específicas. No total foram estruturados 11 eixos de que serviram para classificação de todas as atividades foram: a) Administração Financeira e Orçamentária; b) Carta de serviços; c) Diagnóstico, projeto ou processo de Gestão Municipal d) Diagnóstico, projeto ou processo de política pública setorial; e) Gestão de Compras; f) Gestão de contratos e convênios; g) Gestão de patrimônio/estoques/frotas; h) Gestão de pessoas; i) Participação social; j) Planejamento de governo e planos municipais; e k) Planejamento urbano.

Das 292 atividades realizadas os eixos mais demandados pelas administrações municipais foram: diagnóstico e proposta de melhoria de projeto ou processo de política pública setorial (15,75%), diagnóstico da gestão municipal (14,73%), atividades de gestão de pessoas (14,38%) e atividades de gestão de compras (13,01%). Destaca-se que uma mesma dupla de estudantes pode desenvolver mais de um dessas 292 atividades elencadas. Além disso, observa-se que os percentuais são parecidos, sendo essas quatro atividades as mais recorrentes na realização do Prinagem. As atividades menos recorrentes foram: carta de serviços (2,40%), planejamento urbano (2,74%); gestão de contratos e convênios (3,08%) e participação social (3,77%).

Destaca-se que na área de políticas públicas setoriais, as atividades podem ser relacionadas a processos e projetos que contribuam para a melhoria de gestão, ao mesmo tempo em que as atividades de gestão e planejamento podem ser realizadas em departamentos que desenvolvem políticas públicas. As áreas temáticas em que se trabalhou os 11 eixos apresentados foram: cultura, meio ambiente, saúde, desenvolvimento social, habitação, agricultura familiar, obras, transportes, turismo, administração e educação. A variedade de eixos e projetos é um dos pontos positivos do Prinagem, pois estimula nos alunos a criatividade e a autonomia, além de desenvolver a habilidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos aprendidos em sala de aula.

O Quadro 2 a seguir apresenta 1 (uma) atividade por eixo elencado a título de entendimento das atividades realizadas.

Quadro 2: Atividades realizadas por eixo

Eixo	Atividade realizada	Edição
Administração financeira e orçamentária	Produção de um manual instrutivo sobre a Lei Robin Hood, elencando explicações didáticas sobre todos os critérios de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), além de dicas para possíveis aumentos na receita municipal através desses critérios.	4ª edição
Carta de serviços	Elaboração de Carta de Serviços ao Cidadão de todas as Secretarias da Prefeitura, contendo todos os serviços disponíveis à população juntamente com os respectivos processos, modelados no software Bizagi Modeler.	7ª edição
Diagnóstico, projeto ou processo de Gestão Municipal	Análise acerca da gestão municipal, perpassando por todos os setores da administração e realizando o levantamento das atividades desenvolvidas, da estrutura material, das atividades de gestão, dos processos internos e do corpo de servidores.	7ª edição
Diagnóstico, projeto ou processo de política pública setorial	Realização da “Campanha Rubim Sustentável” por meio de distribuição de cartilhas, valorizando o consumo de produtos agroecológicos, reconhecendo-os como mais benéficos à saúde da população em relação aos industrializados ou aos cultivados com auxílio de agrotóxicos.	4ª edição
Gestão de compras	Redesenho do processo de compras e elaboração de fluxograma para descrever o processo desde a compra de novos materiais até a saída desses do setor de almoxarifado	3ª edição
Gestão de contratos e convênios	Mapeamento dos convênios do município e elaboração de manual de convênios e prestação de contas.	3ª edição
Gestão de patrimônio/estoques/frotas	Apoio em processos de gestão de estoques, por meio de manual com instruções sobre o processo de organização e de gestão do almoxarifado e sobre o processo de compras e planejamento de estoque; Formulários para Requisição de Compras/Estoque e para Requisição de Materiais ao Almoxarifado; e folder explicativo sobre o processo de compras públicas	10ª edição
Gestão de pessoas	Manual de instruções para criação de um Plano de cargos, carreiras e vencimentos (PCCV); Proposta inicial de PCCV para a Secretaria de Assistência Social; e instruções para Avaliação de Desempenho.	11ª edição
Participação social	Oficina com membros dos conselhos, equipe de governo e lideranças da sociedade sobre a importância da	6ª edição

	participação social na gestão municipal	
Planejamento de governo e planos municipais	Construção de um Plano de Governança para o município	8ª edição
Planejamento urbano	Relatório diagnóstico sobre processo de regularização fundiária do município	6ª edição

Fonte: Dados básicos: Gerência de Extensão e Relações Institucionais/EG/FJP.
Elaboração própria.

A avaliação periódica do programa revela que, além dos ganhos para a administração pública, medidos pela entrega dos projetos e produtos e também pelas trocas de informação e experiências com os alunos, a convivência com servidores municipais e com a população em geral de municípios de pequeno e médio porte trazem um enorme enriquecimento pessoal e profissional para os alunos.

A percepção geral dos alunos é de que o programa tem uma atuação importante na melhoria da administração pública municipal e também na sua formação. Os trechos transcritos abaixo revelam a percepção de alguns deles.

Nesse sentido, acredito que as maiores contribuições não são necessariamente as entregas finais, mas as trocas, as ideias, a apresentação de instrumentos e formas de fazer as coisas, as ferramentas criadas (ESTUDANTE A).

Extremamente importante! Tanto como uma atividade pontual, quanto como uma forma de aproximar o município da FJP e do Estado (ESTUDANTE B).

Também é importante reconhecer também as limitações do programa. Uma das principais restrições diz respeito ao tempo de realização das atividades de campo. Um mês é um período de tempo relativamente curto para um diagnóstico mais aprofundado das questões da administração pública e para a proposição de programas e projetos mais robustos.

Entendo que 4 semanas é um período muito curto para o desenvolvimento de uma entrega mais robusta, então é importante que o aluno entenda que o trabalho desenvolvido talvez não seja uma entrega resolutiva da demanda do município (ESTUDANTE F).

Outra limitação do programa está relacionada a decisão política da administração municipal de encampar as proposições elaboradas nos produtos finais. Como qualquer projeto de melhoria da administração pública, o Prinagem também depende da decisão política do governo municipal para que o projeto seja, de fato, encampado.

O Prinagem forneceu dados necessários para que a administração municipal desenvolva suas políticas com maior efetividade. Contudo, ainda cabe à administração municipal decidir o que irá fazer com os dados fornecidos, pois estes podem ser tanto bem utilizados como guardados em uma gaveta (ESTUDANTE C).

Ao mesmo tempo, destaca-se a percepção de uma dupla de estudantes sobre a sua contribuição no sentido de fomentar a comunicação dentro da prefeitura, considerando que as atividades desempenhadas podem ou não serem aproveitadas e terem continuidade na administração local, mas o papel de, enquanto estão na prefeitura, contribuir para ouvir os servidores locais construir com eles e apresentar esses resultados e entendimentos para a “alta administração” ao final do Programa, por meio dos relatórios e produtos.

A maior contribuição do PRINAGEM para a administração é a criação de canais de comunicação dentro da própria prefeitura, uma vez que as sugestões dos próprios servidores são compartilhadas para a alta administração por intermédio da equipe de alunos (ESTUDANTE D).

Quando questionados sobre quais as principais contribuições do Prinagem para a formação e aprendizados, os estudantes tiveram a oportunidade de assinalar quantas afirmações considerassem verdadeiras das seguintes opções: a imersão me possibilitou empregar na prática conceitos teóricos aprendidos no curso de graduação; a imersão me estimulou a pensar em soluções e propostas possíveis diante da realidade e problemas sociais e da administração pública local; a imersão foi uma oportunidade de desenvolvimento de habilidades interpessoais, relevantes para minha formação profissional; a imersão me possibilitou perceber realidades sociais diversas da qual eu convivo; e ainda, a imersão contribuiu para a minha formação enquanto cidadão/ã. As opções apresentadas dizem respeito às contribuições esperadas do Prinagem para o processo formativo deles enquanto estudantes do CSAP e futuros gestores públicos.

Analisando as 211 respostas apresentadas, foi possível identificar as seguintes percepções dos discentes em relação aos aprendizados oportunizados pela participação no Prinagem no quadro 3, a seguir:

Quadro 3: Aprendizados oportunizados pelos Prinagem

Afirmativa	Percentual de concordância
Qual a sua avaliação sobre as contribuições do projeto Prinagem em relação à sua formação e aprendizados? (Marque quantas afirmações considerar verdadeiras).	
A imersão me estimulou a pensar em soluções e propostas possíveis diante da realidade e problemas sociais e da administração pública local.	85,58%
A imersão foi uma oportunidade de desenvolvimento de habilidades interpessoais, relevantes para minha formação profissional.	81,40%
A imersão me possibilitou empregar na prática conceitos teóricos aprendidos no curso de graduação.	80,47%
A imersão me possibilitou perceber realidades sociais diversas da qual eu convivo.	75,35%
A imersão contribuiu para a minha formação enquanto cidadão/ã.	72,09%

Fonte: Dados básicos: Gerência de Extensão e Relações Institucionais/EG/FJP.
Elaboração própria.

Observa-se que a principal percepção dos estudantes é a contribuição do Prinagem no que diz respeito a competência de propor soluções diante de contextos diversos, especialmente no caso da administração local. Essa competência está prevista nas Diretrizes Nacionais dos cursos de Administração Pública e corrobora com o contexto de complexidade e desafios da gestão pública.

A segunda maior contribuição em participar da atividade de extensão estaria relacionada às habilidades interpessoais, especialmente considerando que o projeto conta que os estudantes estarão por sua conta nas localidades, e têm como função trabalhar em equipe e ao mesmo tempo construir relações de confiança e trabalho com os servidores locais.

A imersão contribuiu para crescimento pessoal quanto a convívio com uma equipe de trabalho, lidar com pressões e alguns desencantos, permitiu conhecer a realidade municipal, conhecer regiões diferentes de Minas Gerais e sua pluralidade, além de ter fabricado ótimas novas memórias (ESTUDANTE E).

Mais do que a aplicação de conhecimentos, ao se encontrarem no dia-a-dia do desafio da gestão municipal os estudantes afirmam que os aprendizados primeiramente mobilizados dizem respeito a necessidade de resolução de problemas e as habilidades interpessoais. Ainda que para isso os conhecimentos teóricos sejam necessários, mas eles

não são a primeira camada da experiência, ou pelo menos não são assim percebidos pelos discentes.

Além disso, a contribuição menos apontada foi a da oportunidade de formação cidadã, um objetivo a ser perseguido quando se trata da estruturação das atividades de extensão. A segunda contribuição menos notada foi a possibilidade de conviver com realidades sociais diversas com as quais o estudante já convive. Com esses indicativos observa-se que a atuação e vivências no Prinagem trazem mais fortemente os entendimentos sobre os aprendizados profissionais, e depois vêm os espaços de formação em relação a percepção de realidades e formação cidadã, menos fortes. Tal constatação pode ser percebida pela limitação do próprio programa, em seu formato de trabalhar diretamente com as prefeituras, muitas vezes nas instalações-sede de seus órgãos, nem sempre em contato direto com equipamentos de implementação de políticas públicas.

A despeito desta construção proporcionar a vivência em outro município e incentivar que os estudantes de fato se abram para conhecer o município e viver nele por 4 semanas, a realidade de trabalho e trocas junto aos servidores municipais tem sua limitação por ser um ambiente organizacional institucional em que os estudantes estão inseridos a maior parte do tempo da imersão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação das atividades de extensão do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro se deu considerando os debates nacionais de inserção da extensão no processo formativo das universidades, e ainda o processo de institucionalização do Campo de Públicas no Brasil. Especialmente a partir do currículo iniciado em 2014, as atividades de extensão tornaram-se um componente obrigatório, logrando um papel relevante de contribuir para a formação de administradores públicos com fundamentos teóricos sólidos, e ao mesmo tempo contextualizado à complexidade da realidade.

Pautadas pela concepção de extensão popular que permite a troca de saberes entre estudantes e a sociedade, acredita-se que a EG-FJP tem buscado o desenvolvimento de projetos de extensão que se articulem com o currículo como um todo de forma possibilitar coesão entre reflexão acadêmica, prospecção de novos conteúdos e percepções e de inserção na sociedade concomitantemente à validação das teorias à luz da percepção social vivenciada. Nessa esteira, apresentou-se o Prinagem. Por meio da metodologia de

imersão, o Prinagem possibilita que os estudantes do curso experienciem a realidade municipal por 4 semanas, enquanto desenvolvem atividades técnicas-acadêmicas em conjunto com os gestores municipais.

Ao observar as atividades já realizadas pelos estudantes, sob orientação dos docentes, nas 12 edições do Prinagem foi possível perceber uma diversidade de atividades e temas. Foram identificados 11 eixos de ação, sendo que os principais estavam relacionados com o desenvolvimento de diagnóstico e melhoria de processo ou projeto em políticas públicas setoriais e ainda diretamente em relação à gestão municipal. A gestão de compras e a gestão de pessoas também estão presentes como atividades desempenhadas. Em relação às contribuições dos estudantes, eles reconhecem o limite da atuação por 4 semanas, mas identificam que o trabalho realizado tem o potencial de indicar caminhos iniciais, e contribuir para a comunicação e a reflexão entre os servidores municipais.

Por fim, atentou-se para a percepção dos discentes em relação aos aprendizados que a participação no Prinagem lhes proporcionou, considerando os objetivos do programa e seu alinhamento com a proposta de formação do Csap. Foi possível identificar que para os estudantes os principais aprendizados por meio do Prinagem foram a oportunidade de buscar soluções em competência de propor soluções diante de contexto diversos das gestões locais e o desenvolvimento de habilidades interpessoais. Com relação aos aspectos relacionados à formação cidadã e à oportunidade de aprender por meio de realidades sociais diversas, esta foi uma opção assinalada com menos frequência, indicando que esta não é uma percepção direta dos estudantes que participam do Prinagem.

Cabe destacar que o questionário se propôs a captar as percepções dos estudantes sobre seus aprendizados e experiências vividas, mas as experiências são diversas, e os estudantes enquanto sujeitos mediam os aprendizados de formas singulares. Ainda assim, a pesquisa permitiu observar o papel do Prinagem no processo de formação de mais de 200 discentes do curso de graduação em Administração Pública, apontando para seus limites frente aos objetivos traçados, o que também indica potenciais para ajustes do programa para fortalecer os espaços de aprendizagem da extensão.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF: 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&Itemid=30192. Acesso em 30 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação PNE 2014-2014 e dá outras providências. Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 30 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/14**. Brasília, DF: INEP, 2014a. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 30 dez. 2022.
- COELHO, Fernando de Souza. **História do ensino de administração pública no Brasil [1854-2006]**: antecedentes, ciclos e a emergência do Campo de Públicas. Brasília: ENAP, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4285/1/9_Livro_Hist%C3%B3ria%20do%20ensino%20de%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20no%20brasil%20%281854-2006%29.pdf. Acesso em: 29 dez. 2022.
- ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. 1. 1987. Brasília. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**: documento final. Brasília: UNB, 1987. 18p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: abr. 2022.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. **Projeto pedagógico 2019**: curso de Administração Pública. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Projeto-pedagogico.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. **Projeto pedagógico 2021**: Curso de Graduação em Administração Pública. Belo Horizonte: FJP, 2020. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/15.02_PROJETO-PEDAGOGICO-2021-v25.01.2021.pdf. Acesso em: 29 dez. 2020.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Gerência de Extensão e Relações Institucionais. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. **Política de extensão universitária**. Belo Horizonte: FJP, 2019.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê?** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em:

https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: maio. 2022.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um princípio necessário. **Revista Perspectiva**, Florianópolis v.33, n.3, p. 1229-1256, set./dez. 2015.

LEONIDIO, Luciano Flávio da Silva. **História do Fórum de Pró-reitores de extensão de instituições públicas de educação superior brasileiras – FORPROEX (1987-2012)**. 2017, 182 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MAGALHÃES, Bruno Dias *et al.* Reforma do projeto pedagógico do Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro: avanços e perspectivas. *In: ENEPCP ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS*. 4. 2021. Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ANEPCP, 2021. p. 1-22. Disponível em:

<https://www.even3.com.br/anais/enepcp2021/361745-reforma-do-projeto-pedagogico-do-curso-de-graduacao-em-administracao-publica-da-escola-de-governo-da-fundacao-joa/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão popular**. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. 122p. Disponível em: <http://www.ccm.ufpb.br/vepopsus/wp-content/uploads/2018/02/Extens%C3%A3o-Popular-Editora-da-UFPB-2014.pdf>.

Acesso em: 22 maio 2022.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Lei nº 13.085, de 31 de dezembro de 1998**. Cria as carreiras que menciona, institui a Gratificação de Desempenho e Produtividade Individual e Institucional e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 1998.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas.

Interfaces, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em 30 dez. 2022.

RODRIGUES, M. I. A.; OLIVEIRA, K. P. O curso de administração pública e a carreira de EPPGG. *In: AMORIM, M.A.; RODRIGUES, M. I. A.; SOUZA, L. G. (org.). Histórias de gestores governamentais: formação e experiência profissional de egressos do Curso de Administração Pública (Csap) da Fundação João Pinheiro (FJP)*. Belo Horizonte: FJP, 2019.

SOUZA, Roberto Eduardo Santos. **As ações de extensão universitária na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro**: registro da trajetória e reflexões sobre o monitoramento e a avaliação dos projetos. 2017. 66 f. Monografia (Especialização em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2017.